

COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

10ª Reunião Ordinária 17 de Agosto de 2016 às 14:30 horas no Plenário Tiradentes.

Presidente: Deputado Vaz de Lima

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
1	Projeto de lei 159/2007	Deputado Enio Tatto	Assegura o direito à isenção tarifária nos meios de transporte coletivo, aos acompanhantes e aos portadores da doença Esclerose Tuberosa.	Deputado Estevam Galvão	favorável	
2	Projeto de lei 378/2012	Deputado Carlos Grana	Dispõe sobre o acesso gratuito à internet sem fio nos locais que especifica.	Deputado Carlão Pignatari	contrário	
3	Projeto de lei 627/2012	Deputado José Bittencourt	Dispõe sobre o dever do Estado de assegurar abrigo, tratamento saudável e final de existência digno a animal de sua propriedade ou sobre o qual detiver posse, no âmbito da administração pública direta e indireta, que cessar definitivamente o trabalho por velhice ou invalidez.	Deputado Coronel Camilo	favorável ao projeto e contrário à emenda apresentada pela CCJR . Voto em Separado do Deputado João Paulo Rillo favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR .	J.P.R., E.G., T.B.
4	Projeto de lei 344/2014	Deputado Oswaldo Verginio	Dispõe sobre a instalação de um Posto de Atendimento do POUPATEMPO no município de Mococa.	Deputado Carlão Pignatari	favorável	T.B.
5	Projeto de lei 411/2014	Deputada Sarah Munhoz	Dispõe sobre a extensão das vantagens da carreira médica aos profissionais de enfermagem na Rede de Saúde Pública do Estado.	Deputado Orlando Bolçone	contrário	T.B.

6	Projeto de lei 565/2014	Deputada Ana Perugini	Veda a cobrança de tarifas pela utilização dos terminais rodoviários pelos idosos beneficiários da gratuidade no transporte intermunicipal de passageiros.	Deputado Orlando Bolçone	contrário	T.B.
7	Projeto de lei 864/2014	Deputada Heroilma Soares Tavares	Dispõe sobre a designação de incentivos fiscais ao município que prever percentual da frota de veículos para serviço de "táxi acessível" no Estado.	Deputado Orlando Bolçone	contrário	J.P.R., T.B.
8	Projeto de lei 892/2014	Deputado Edmir Chedid	Acrescenta parágrafo ao artigo 48 da Lei n. 6.544, de 1989, para disciplinar o procedimento do leilão.	Deputado Carlão Pignatari	favorável	T.B.
9	Projeto de lei 1259/2014	Deputado José Bittencourt	Dispõe sobre o Serviço de Atendimento Veterinário de Urgência - SAVU no Estado.	Deputado Carlão Pignatari	contrário	J.P.R., T.B.
10	Projeto de lei 1305/2014	Deputada Sarah Munhoz	Dispõe sobre a criação da Rede Hospitalar e Pronto Socorro do Idoso.	Deputado Orlando Bolçone	contrário	J.P.R., T.B.
11	Projeto de lei 1368/2014	Deputado Orlando Morando	Autoriza o Poder Executivo a isentar os condomínios residenciais e residências particulares da cobrança de impostos e taxas sobre a construção de poços artesianos e semi artesianos.	Deputado Edson Giriboni	favorável	J.P.R., T.B.
12	Projeto de lei 164/2015	Deputado Carlos Giannazi	Dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho destinadas a afrodescendentes e às etnias indígenas nas empresas privadas que recebam incentivos fiscais do Estado.	Deputado Teonilio Barba	favorável	C.P., V.d.L.
13	Projeto de lei 174/2015	Deputado Carlos Giannazi	Estabelece prioridade de matrícula nos estabelecimentos de ensino da rede pública para os filhos de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.	Deputado João Paulo Rillo	favorável	V.d.L.

14	Projeto de lei 272/2015	Deputado Mauro Bragato	Dispõe sobre a criação e instalação do Curso de Arqueologia e Gestão do Patrimônio (Bacharelado) na unidade da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Campus de Ourinhos.	Deputado Carlão Pignatari	favorável	
15	Projeto de lei 417/2015 Juntado os PLs: 1326/2015, 656/2015	Deputado Rogério Nogueira	Dispõe sobre a aplicação de multa pecuniária para desperdício de água no Estado.	Deputado Estevam Galvão	favorável aos PLs 417, 656 e 1326, de 2015	T.B.
16	Projeto de lei 538/2015	Deputado Celso Nascimento	Cria o Conselho Escolar Antidrogas em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio do Estado.	Deputado João Paulo Rillo	favorável ao projeto e às emendas apresentadas pelas Comissões de Educação e Cultura e Constituição, Justiça e Redação	C.C., E.G., V.d.L., T.B.
17	Projeto de lei 613/2015	Deputado Gil Lancaster	Torna obrigatória a realização de exame oftalmológico completo em todas as crianças que se matriculem no 1º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas e particulares do Estado.	Deputado João Paulo Rillo	favorável	V.d.L.
18	Projeto de lei 670/2015	Deputado João Paulo Rillo	Dispõe sobre a criação, organização e atuação de Grêmios Estudantis nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e privados.	Deputado Teonílio Barba	favorável	C.P., V.d.L.
19	Projeto de lei 861/2015	Deputado Paulo Correa Jr	Dispõe sobre a criação de Farmácia Veterinária Popular.	Deputado Léo Oliveira	favorável	T.B.
20	Projeto de lei 988/2015	Deputado Rogério Nogueira	Proíbe a produção e a comercialização de qualquer produto que utilize penas e plumas de ganso, cisne ou outra espécie de ave no Estado.	Deputado Edson Giriboni	favorável ao projeto e à emenda apresentada pela Comissão de Atividades Econômicas	
21	Projeto de lei 1011/2015	Deputado Hélio Nishimoto	Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos fiscais às empresas que se adequarem às normas de eficiência energética.	Deputado Carlão Pignatari	favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR	T.B., J.P.R.

22	Projeto de lei 1089/2015 (Tramitação Urgência)	Deputado Campos Machado	Acrescenta dispositivos na Lei nº 12.907, de 2008, que consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado de São Paulo.	Deputado Carlão Pignatari	favorável	
23	Projeto de lei Complementar 20/2014 (Tramitação Urgência)	Tribunal de Contas	Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para o Corpo de Auditores, altera a Lei Complementar nº 979, de 2005 e acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 1026, de 2007.	Deputado Carlão Pignatari	favorável ao projeto e à emenda apresentada pelo Relator Especial em substituição à CCJR, e contrário à emenda de nº1	
24	Projeto de resolução 36/2015	Mesa	Dispõe sobre o Serviço de Defesa contra o Racismo (SOS-Racismo) e dá outras providências.	Deputado Léo Oliveira	favorável	
25	Processo 04488/1998	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Reforma o acórdão do contrato celebrado entre o IPESP-Instituto de Previdência do Estado de São Paulo e a Constroeste.	Deputado Coronel Camilo	que reconhece a decisão do TCE, que julgou pela ação rescisória, reformando o acórdão e solicita envio de ofício ao MP e à PGE, com cópia deste parecer, com posterior arquivamento dos autos	
26	Processo 412/2010	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. GCRMC 1479/2009 - TC 18161/026/06 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a DERSA e a Engevix Engenharia S/A.	Deputado Estevam Galvão	que toma conhecimento das decisões do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos	

27	Processo 5476/2010	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. CG.C.EBC 1569/2010 - TC-038280/026/08 e TC038281/026/08 - Julgou irregular os contratos celebrados entre a Secretaria dos Negócios da Segurança Pública e os Consórcio SGM-TAIT e Consórcio Motorola Digital.	Deputado Estevam Galvão	que concorda com a decisão do TCE, que julgou procedente a ação de rescisão do julgado, reputando regulares o pregão presencial internacional e os contratos dele decorrentes; solicita envio de ofício à PGE e ao MP, para ciência, anexando cópia deste parecer, com posterior arquivamento dos autos	C.C.
28	Processo 5567/2013	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. C.CCm 2097/2013 TC-9157/026/09 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação-FDE e a empresa SANED Engenharia e Empreendimentos Ltda..	Deputado Coronel Camilo	que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos	
29	Processo 463/2015	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. CGC.ARC 125/2015 - TC-22976/026/08 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Sociedade Assistencial Bandeirantes.	Deputado Estevam Galvão	que toma conhecimento da decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos	

COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

10ª Reunião Ordinária 17 de Agosto de 2016 às 14:30 horas no Plenário Tiradentes.

Presidente: Deputado Vaz de Lima

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
30	Moção 106/2015 Juntado as Moções: 107/2015, 114/2015, 115/2015, 116/2015, 130/2015, 131/2015, 121/2015, 146/2015	Deputado Edson Giriboni	(CONCLUSIVA) Manifesta repúdio e apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os Líderes Partidários, a fim de que não aprovem a proposta do Governo de reduzir o repasse do chamado Sistema S.	Deputado Paulo Correa Jr	favorável à Moção 106/2015, por ser a mais antiga, na forma do substitutivo apresentado; e contrário às demais Moções juntadas, nºs 107, 114, 115, 116, 121, 130, 131 e 146, todas de 2015	T.B.

PARA DELIBERAÇÃO:

13 REQUERIMENTOS, recebidos em 31/3/16, de autoria do Deputado José Zico Prado, Líder do PT e Bancada, para CONVOCAÇÃO das seguintes autoridades, funcionários públicos e cidadãos:

Item 31 - Secretário de Estado da Educação, Sr. José Renato Nalini, "para prestar esclarecimentos sobre as contratações da Secretaria Estadual da Educação, para fornecimento de produtos para merendas da rede escolar estadual, no período de 2013 a 2015; sobre o ônus que as revelações da Operação Alba Branca está provocando na Educação e sobre as medidas que estão sendo adotadas face aos fatos revelados".

Item 32 - Ex-Secretário de Estado da Educação, Prof. Herman Jacobus Cornelis Voorwald, "para prestar esclarecimentos sobre as contratações da Secretaria Estadual da Educação, para fornecimento de produtos para merendas da rede escolar estadual, no período de 2013 a 2015".

Item 33 - Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Sr. Arnaldo Calil Pereira Jardim, "para prestar esclarecimentos sobre sua atuação nos fatos revelados

pela Operação Alba Branca".

Item 34 - Secretário de Estado de Logística e Transportes, Sr. Antonio Duarte Nogueira Junior, "para prestar esclarecimentos sobre sua atuação face às revelações da Operação Alba Branca".

Item 35 - Ex-Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, Sr. Fernando Padula Novaes, "para prestar esclarecimentos sobre as contratações da Secretaria Estadual de Educação para fornecimento de produtos para merendas da rede escolar estadual, no período de 2013 a 2015".

Item 36 - Sra. Dione Maria Whitehurst di Pietro, Coordenadora da CISE - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares da Secretaria de Estado da Educação, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 37 - Sr. Yuri Keller Martins, membro da Comissão de Credenciamento, do Depto. de Alimentação e Assistência ao Aluno, da CISE, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 38 - Sr. Eduardo Araújo de Lima, membro da Comissão de Credenciamento, do Depto. de Alimentação e Assistência ao Aluno, da CISE, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 39 - Sra. Dione Moraes Pavan, membro da Comissão de Credenciamento, do Depto. de Alimentação e Assistência ao Aluno, da CISE, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 40 - Sr. José Merivaldo dos Santos, vulgo Meriva, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 41 - Sr. Luiz Carlos Gutierrez, vulgo Licá, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 42 - Sr. Luiz Roberto dos Santos, vulgo Moita, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 43 - Sr. Jeter Rodrigues Pereira, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Concedida vista dos 13 requerimentos ao Deputado Mauro Bragato em 11/05/16 e ao Deputado Orlando Bolçone em 22/06/16.

Item 44 - Realização das 3 Audiências Públicas do Orçamento 2017 que foram adiadas, nos municípios de Assis, Presidente Prudente e Guararapes.

PARA CIÊNCIA:

- Email recebido em 05/07/16, do Sr. José Carlos dos Santos, ref. ao PLC 28/13, em trâmite nesta Comissão, que "dispõe sobre a designação de policiais militares da reserva e reformados para o serviço ativo, altera o quadro do efetivo de Subtenentes e Sargentos e acelera a promoção à graduação de Cabo PM dos Soldados PM de 1ª Classe após 10 (dez) anos de efetivo serviço". Solicita a aprovação do referido PLC, pelos motivos a seguir: Minas Gerais e Distrito Federal já aprovaram lei semelhante, de utilização dos inativos; a realização de novos concursos seria mais dispendiosa do que o que propõe o PLC; com a aprovação do PLC, seriam aproximadamente mais 8.000 policiais nas ruas de SP; para a PM formar esse número de policiais, levaria de 4 a 5 anos, além dos altos custos; com a onda de manifestações, a PM necessita de mais policiais nas ruas.